Criminalidade feminina, teorias de gênero e processos-crime: o caso de Josefa Campos¹

Delincuencia femenina, teorías de género y procesos penales: el caso de Josefa Campos

Female Criminality, Gender Theories, and Criminal Processes: The Case of Josefa Campos

Bruna Gabrielle Silva Zanetti²

Weliton Barbosa Kuster³

Resumo

O presente trabalho se debruça sobre o processo criminal envolvendo Josefa Campos. Josefa é acusada de assassinar seu marido João por envenenamento depois de alguns conflitos acometerem o casal. A principal razão das brigas teria sido o montante em dinheiro recebido por Josefa que, mesmo o possuindo, não tinha total liberdade de fazer uso dele. Diante do exposto, esse escrito traz por objetivo apresentar o processo-crime envolvendo Josefa e João e problematizar como se dava a posição de uma mulher na condição de ré frente à sociedade da época. Para tanto, a teoria que embasou o trabalho foram os estudos de gênero (Soihet e Pedro, 2007), de raça (Davis, 2016) e criminalidade e violência (Bretas, 1991; Saffiotti, 2015). Quanta à metodologia, a análise documental (Cellard, 2008) e a micro-história (Levi, 2016) foram utilizadas. A análise demonstrou a importância do uso dos processos-crime como fontes históricas, além de apontar as diferenciações no tratamento entre os gêneros de uma sociedade que reafirmava diferentes papéis em distintos âmbitos sociais.

Palavras-Chave: Gênero; Criminalidade; Processos-Crime.

Resumen

Este trabajo se centra en el caso penal que involucra a Josefa Campos. Josefa está acusada de asesinar a su marido João mediante envenenamiento después de que surgieran varios conflictos entre la pareja. La principal razón de las peleas se dice que fue la cantidad de dinero recibida por Josefa, que, a pesar de tenerlo, no tenía total libertad para usarlo. A la luz de esto, el objetivo de este trabajo es presentar el proceso penal que involucra a Josefa y João y problematizar la posición de una mujer en la condición de acusada ante la sociedad de la época. El marco teórico del estudio se basa en los estudios de género (Soihet y Pedro, 2007), estudios de raza (Davis, 2016) y criminalidad y violencia (Bretas, 1991; Saffiotti, 2015). En cuanto a la metodología, se utilizaron el análisis documental (Cellard, 2007) y la microhistoria (Levi, 2016). El análisis demostró la importancia de usar los procesos penales como fuentes históricas, además de resaltar las diferencias en el tratamiento entre géneros y una sociedad que reafirmaba distintos roles en diversos ámbitos sociales.

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Mestra em História; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; bgsz@outlook.com.

³ Mestre em Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; welitonkuster@hotmail.com.

Palabras-clave: Género; Criminalidade; Procesos Penales.

Abstract

This paper focuses on the criminal case involving Josefa Campos. Josefa is accused of murdering her husband João by poisoning him after a series of conflicts arose between the couple. The main reason for the fights is said to have been the amount of money received by Josefa, which, despite her possession of it, she did not have full freedom to use. In light of this, the aim of this work is to present the criminal process involving Josefa and João and to discuss the position of a woman in the role of a defendant before society at that time. The theoretical framework of the study is based on gender studies (Soihet and Pedro, 2007), race studies (Davis, 2016), and crime and violence (Bretas, 1991; Saffiotti, 2015). Regarding the methodology, documentary analysis (Cellard, 2007) and micro-history (Levi, 2016) were employed. The analysis demonstrated the importance of using criminal processes as historical sources, in addition to highlighting the differences in treatment between genders and a society that reaffirmed distinct roles in various social spheres.

Keywords: Gender; Crime; Criminal Processes.

1. Introdução

Na noite de 23 de Abril de 1888, morria João Tupaveraba, homem preto, de 80 anos de idade, ex-escravizado, sujeito de saúde frágil devido sua idade e as suspeitas que havia sido envenenado. Segundo a denúncia do crime mencionado no processo criminal, Josefa Campos, residente da cidade de Pelotas e esposa da vítima, pelos meses de março e abril daquele ano estaria acrescentando substância tóxica nos alimentos que servia ao seu marido. No entanto, antes mesmo de João vir a óbito ele já havia iniciado um processo acusando Josefa de envenenamento, mas não teve seu processo julgado.

A partir de um processo criminal disponível no Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível encontrar dados que evidenciam o crime cometido por Josefa, dessa forma, o presente trabalho visa mencionar a importância dos processos-crime para a história social, bem como trabalhar o conceito de crime juntamente ao contexto social parcial vivenciado por Josefa. Essa pesquisa se enquadra na temática de história do crime, utilizando como referência autores como Margarita Ramos (2012) e Marcus Bretas (2018).

2. Josefa e João

Ao longo do caso, a vítima acusou sua esposa de ser culpada pelo seu estado e ainda atribuiu ao antigo senhor de Josefa, de nome Zeferino Campos, os motivos pelos quais o casal brigava tanto. Até esse ponto do processo e com o depoimento de João, é visível que o casal vivia em situação de constante conflito e desgastes além de assuntos mal resolvidos, uma vez

que a vítima acreditava que a motivação estava associada a terceiros, e não problemas entre ele e sua esposa.

Adiante no processo, João também menciona que por muitas vezes foi xingado de “ladrão” por sua esposa, e ela ainda teria o acusado de tê-la roubado para ajudar Manoel José de Oliveira, antigo senhor de João.

Mas os problemas eram diversos, e além dessa discussão acerca dos antigos senhores havia outra questão específica ao caso e passível de muito desentendimento entre o casal, que foi o fato de Josefa ter sido ganhadora de uma loteria no ano de 1881. O valor ganho foi o de 64:285\$714, o que para a época era um valor bem significativo. Essa quantia foi dividida em dois grupos de ganhadores e o que Josefa participava possuía mais 7 apostadores, dessa forma, possivelmente a ré teria ganho cerca 1/16 do prêmio.

Ganhar esse montante em dinheiro ofereceu possibilidades à vida de Josefa que, primeiramente, pode comprar sua alforria, em seguida pagou pela liberdade de seu companheiro João. Entretanto, as influências de seus antigos senhores referentes ao uso do dinheiro complicaram as vivências do casal, uma vez que ambos senhores desejavam para si os bens adquiridos por João e Josefa com o valor da loteria.

Segundo o que o processo evidenciou, a quantia ganha garantiu a compra de uma casa na praça Conde D’Eu de número 9, local onde o casal residia. A ré comprou ainda “dois lanços de casa” que ela usou para presentear Zeferino José dos Campos, seu antigo senhor, ato que, mais tarde, seu marido tenta anular.

Além disso, a partir de alguns indícios, é possível concluir a possibilidade de Josefa ter sido usurpada por algumas vezes, segundo uma testemunha de nome Firmino Menezes, que afirmou que enquanto a ré passava férias em Piratini, no Rio Grande do Sul, ela fora procurada para assinar papéis dos quais não tinha conhecimento, sendo aconselhada a não os assinar.

Firmino foi convocado a testemunhar a respeito da acusação contra Josefa. Perguntado se Josefa sabia ler, escrever e se enxergava, Firmino respondeu que enxergava pouco e que “era ignorante”, foi quando o advogado de defesa levantou a hipótese de insuficiência intelectual da ré e que não tinha certeza se ela seria capaz de distinguir um polvilho de outra substância branca. Tal hipótese utilizada poderia ser motivada por diversas razões nessa situação, no entanto

também era frequente em casos envolvendo mulheres e em uma sociedade em que a teoria de inferioridade intelectual feminina prevalecia.

No que tange ao motivo da morte de João, que como já mencionado foi por envenenamento, Josefa disse que a substância branca encontrada na alimentação era apenas polvilho, que segundo a medicina popular era utilizado para tratar disenterias. Foi o uso desse alimento que causou desconfiança na vítima e em seus amigos e conhecidos uma vez que João notava a presença em sua comida, bebida e em qualquer hora do dia. Além disso, foi após “cafés esbranquiçados” e “comidas com aspectos diferentes” das de costume que João percebeu a ocorrência de vômitos e então passou a acreditar que estava sendo vítima de envenenamento.

Entretanto, com o auxílio de exame químico das vísceras de João Tupaveraba, a substância encontrada realmente não era polvilho, era carbonato de chumbo, uma substância extremamente tóxica que se ingerida por muito tempo levaria à morte.

É importante evidenciar que Josefa possuía conhecimentos a respeito das substâncias, podendo relacioná-las devido às suas semelhanças. Seu argumento, inclusive, se deu a partir disso.

João, com o tempo, se encontrava cada vez mais doente e mais fraco, procurando atendimento médico especializado, além de tentar se recolher em propriedade de seus amigos no intuito de se curar em local mais tranquilo.

O diagnóstico disse respeito ao seu estado de saúde frágil que já apresentava algumas limitações bem antes de sua doença, já que o médico não descartou o envenenamento. Ao mesmo tempo, afirmou que seu estado poderia ter sido resultado de um agravamento de tantos problemas de saúde anteriores.

Josefa, nesse cenário, estava tendo seus bens constantemente usurpados, por seu marido e por outras pessoas da sua volta. Como exemplo disso, alguns comerciantes cobravam dela valores abusivos dos gêneros alimentícios que consumia sem que ela notasse que isso acontecia.

3. O julgamento social do sujeito feminino

Se tratando de um estudo que versa sobre um sujeito feminino, é importante pensar a respeito do conceito de gênero. É importante frisar o quanto o fato de serem mulheres

influenciava o julgamento como um todo. Desde a construção dos testemunhos, as escritas do escrivão, a fala dos juízes, todos evidenciavam o lugar da mulher no mundo.

Dessa forma, para o sistema que regia as relações sociais, a mulher não passava de uma mercadoria, de um ser inferior e, aparentemente passivo, que carecia de vontade própria, ou seja, uma peça em um jogo que apenas homens disputavam. Joan Scott (1990) é uma pesquisadora que escreve sobre o conceito de gênero. Para ela:

[...] o núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1990, p. 14).

Dessa forma, Scott pontua o gênero construído a partir de relações sociais que se encontram baseadas nas diferenças principalmente culturais, pois o gênero seria uma organização de caráter social a partir da diferença sexual, um saber geral, advindo do cultural que estabelece significados para as diferenças do corpo. A história seria mais uma responsável por toda essa produção acerca de uma diferença sexual já que não é neutra e também construída em cima de uma dominação masculina. Tais construções são ferramentas de um aparato social muito mais abrangentes, que naturaliza relações sociais desiguais em benefício do dominante e que ainda normatiza essas concepções utilizando a imposição de pretendidos papéis sexuais para manter a sociedade patriarcal intacta.

4. Considerações sobre processos-crime e código penal

Como já mencionado, a fonte documental a partir do qual o trabalho foi realizado são os processos criminais. Tais documentos são de cunho jurídico, já que neles constam informações do desenvolvimento de um julgamento, no entanto, as fontes ajudam a refletir fenômenos sociais e culturais que vão além dos crimes descritos já que muitas outras informações são perceptíveis ao longo do documento. Para esse trabalho, que versa sobre a análise a partir de um crime, é importante temas como crime e a legislação vigente à época dos delitos sob uma perspectiva de gênero.

No que tange às citações sobre mulheres na legislação, as menções são breves. Essas são mais mencionadas com relação a repercussão dos seus atos em seus companheiros, ou seja, na questão da honra masculina.

De acordo com Margarita Ramos (2012), existe um vínculo da honra masculina com a pureza feminina, uma acentuada opressão histórica das mulheres existente por séculos. Dessa forma, a mulher passou por um processo ainda mais severo de anulação, silenciamento e inferiorização. Ainda segundo Ramos (2012), todo esse culto a “honra masculina”, vinculado com o comportamento da mulher se dá no período de colonização do Brasil, já que o legado de honra no Brasil é trazido pelos colonizadores portugueses como uma expressão de cultura e também dentro da própria legislação.

Ramos (2012) aponta:

[...] o estudo da legislação do Brasil e do contexto histórico da construção da mulher em detrimento da honra masculina, através das transformações legislativas que disseram respeito à mulher, ao longo dos anos nos possibilita o entendimento de como os discursos jurídico e social, munidos de suas técnicas, produziram uma forma de pensar a mulher como um sujeito inumano. Esse discurso, que é produtor de formas de verdade, cerceou e confinou as mulheres ao espaço de controle, da vigilância e da anulação. A legislação, portanto, através de suas estratégias, se propôs a definir as regras do jogo que inscreveram os procedimentos e os domínios do saber, ditando para as mulheres quanto para os homens os lugares cabíveis a cada um dentro da sociedade e do casamento (RAMOS, 2012, p. 55).

De acordo com esses discursos, a mulher era submissa e inferior e de acordo com Ramos (2012), era considerada como uma propriedade do homem, podendo ser pai ou marido.

Com relação à mulher criminosa, aquelas que não atentavam diretamente contra a honra masculina quase não apareciam no código penal. Tal informação permite pensar que as penalidades e os tratamentos se davam de forma diferente, dependendo do cenário onde se passava o crime.

Uma possibilidade que salta à vista e pode explicar a pouca aparição das mulheres no código penal é a pouca frequência dos crimes cometidos por elas. Ainda, poderia existir um movimento que não trouxesse esses atos a conhecimento, justamente para não evidenciar que mulheres poderiam cometer crimes de natureza violenta.

5. Sujeito masculino e criminalidade

De acordo com Marcos Bretas (1991), o crime não escapa da problemática referente à mutabilidade dos mais variados conceitos existentes. Até o século XIX, o significado de crime era tido como imutável, vinculado apenas ao que era certo ou errado, ações boas ou ruins perante à religião e aos bons costumes.

Dessa forma, ainda segundo Bretas (1991), os estudos do crime ou da criminalidade foram uma grande preocupação dos historiadores sociais do século XIX, uma vez que o crime era compreendido como uma patologia social. Esse era considerado um desvio da conduta esperada, desvio do comportamento padrão da vida cotidiana comum e um atentado à ordem social estabelecida. Muito vinculada à historiografia criminal e ao conceito de crime há a história da polícia, relacionada ainda com o estabelecimento de padrões e regras em sociedade.

Josefa certamente foi considerada uma afronta a toda concepção pré-estabelecida sobre o comportamento e a natureza do sujeito feminino, já que a violência e a agressividade não era algo vinculado à imagem que se tinha da mulher.

Segundo Heleieth Saffioti (2015), é normal para a sociedade que um homem maltrate sua companheira, tal fato ratifica a “pedagogia da violência” (SAFFIOTI, 2015, pág. 79), além de se tratar de uma ordem social estabelecida em que a criminalidade e a violência são fenômenos masculinos.

Dessa forma, é inegável a existência de um “papel social” imposto aos homens e mulheres por toda organização social e autoridades no intuito de dominação, mas mais que isso, na perspectiva do controle. Da mesma forma, é existente um ideário de “papel” adequado para uma mulher, diferente daquele colocado para o homem.

O caso de Josefa, que além de ser uma mulher negra e liberta, também era uma mulher idosa. Em seu processo deporaram um total de cinco testemunhas e informantes, todos homens.

Desses cinco, três eram brasileiros, um era inglês e um português. Dois eram médicos procurados pela vítima para tratar de sua doença. As outras três testemunhas eram conhecidas do casal, com um deles se apresentando como amigo íntimo da vítima. Eram comerciantes com idades entre 32 e 37 anos.

Além disso, é notável até mesmo os ex-senhores de Josefa e de João buscavam se beneficiar o que gerava grande conflito entre o casal mais uma vez e esse dado é perceptível ao longo da leitura do documento uma vez que esses levavam Josefa a assinar documento sem saber o que neles continham pois era analfabeta. Além de evidenciar preços abusivos que a ré pagava por itens alimentícios comuns, e é nessa direção que a defesa de Josefa tentou trabalhar para livrá-la da acusação: incapacitação da ré, uma mulher, negra, forra, idosa e frágil aos olhos da sociedade, de conseguir assassinar um outro alguém.

No entanto, por mais que Josefa não soubesse ler ou escrever, que essa podia estar sendo enganada com relação a assinaturas ou até mesmo quanto a preços elevados e que por vezes no processo tentaram convencer que seria ela incapaz intelectualmente e reforçar uma ignorância por parte da ré, é importante ressaltar que a mesma demonstrou conhecimentos acerca de medicina popular, pois mostrou sabedoria quando afirmou ter utilizado polvilho para curar disenteria. Por isso, mesmo que não tenha sido o caso e realmente não fosse polvilho, a mesma soube argumentar uma justificativa válida e com algum teor medicinal, já que o polvilho realmente era utilizado para tal tratamento, tornando equivocada uma ideia de ignorância infundida em Josefa.

6. Conclusões

O presente trabalho apresentou o caso de Josefa Campos. Mulher negra, ex-escravizada, que passou por um processo de ascensão social ao conquistar uma significativa quantia em dinheiro. Com o tempo, foi acusada por seu companheiro de envenenamento. Com seu companheiro vindo à óbito, Josefa é colocada diante das normas sociais que julgavam mulheres muito antes do cometimento de um suposto crime.

É possível concluir que o uso dos processos criminais é de grande importância uma vez que permite perceber sujeitos sociais ignorados por fontes tidas como tradicionais.

Além disso, o caso de Josefa evidencia algumas das dificuldades vividas por uma mulher. Josefa, mulher, negra, com a idade avançada, que em meio ao seu contexto social, viu na loteria uma forma de transformação de vida. Mesmo que as possibilidades de ganhar fossem remotas, ainda assim consegue ser premiada. Com o dinheiro, compra sua carta de alforria e a do seu marido. Depois de livre, possuía dificuldades em decidir o que fazer com seu prêmio já que como uma mulher casada esperava-se que ela devesse submissão ao seu marido para que assim ele decidisse o que fazer com esses bens.

A análise traz luz ao fato de que, independentemente das razões que teriam levado Josefa a cometer esse assassinato ou então a não o fazer, tendo sido condenada injustamente ou não, fica evidente a posição em que Josefa é colocada. Tida como incapaz de cometer um ato de tamanha gravidade, por um lado, mas, por outro, considerada suficientemente inteligente a ponto de mascarar, com ações e argumentos, o suposto crime que aos poucos cometia. As testemunhas envolvidas no caso cujas falas deixaram entendível que Josefa tinha baixo intelecto denuncia as crenças enraizadas socialmente de que não se reservava à natureza feminina ações

tão violentas. Mesmo diante desse argumento, Josefa não vence a acusação, e acaba por ser condenada pelo assassinato de seu companheiro.

Referências

BRETAS, Marcos Luiz. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente*. BIB, n. 32, p. 49-61, 2o sem. 1991.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Micro-história e a História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado. In: *Crime e justiça: reflexões, fontes e 105 possibilidades de pesquisa*. / Organizadores: Maíra Ines Vendrame, Cláudia Mauch e Paulo Roberto Staudt Moreira. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p 295-316.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade : uma história das últimas décadas da escravidão na corte* / Sidney Chalhoulb. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984;

DÓRIA, Carlos Alberto. *A tradição honrada: a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana*. Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, n.2, p.47-111, 1994.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984.

**X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de
Estudos Humanísticos Multidisciplinares - CLAEHM**

Dezembro de 2024, Online | claec.org/ehm

Artigos Completos

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: *História das Mulheres no Brasil*/ Mary Del Priori (org.). 10. ed.. 6^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. P. 278-3.

PEDRO, Joana Maria. *Tradução do debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*/ Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea]. - 2. ed., 6ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2019.

PERUSSATTO, M. K. *Alforria e agência nas últimas décadas da escravidão* – Rio Pardo/RS. Revista Aedos, [S. l.], v. 2, n. 4, 2009.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;

RAMOS, Margarita Danielle. *Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, maio 2012.

SAFFIOTIS, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. / Heleieth Iara Bongiovani Saffi oti.-- 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.62-95;

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Rev. Bras. Hist. [conectados]. 2007.

SOIHET, R. *História das mulheres e história de gênero: um depoimento*. Cadernos Pagu, n. 11, p. 77-87, 1 jan. 2013.

ZANETTI, Bruna Gabrielle Silva. *“Disse o réu que aquilo era o motivo de sua desonra e o motivo de sua desgraça”*: Perspectivas acerca de gênero, honra e código criminal a partir do processo-crime desencadeado pelo assassinato de Carolina (1863). Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal de Pelotas. 2019.

ZANETTI, Bruna Gabrielle Silva *“Disse ser seu único arrependimento apenas não ter conseguido assassinar Constância”*: perspectivas acerca de relações de gênero, interseccionalidade e crime em Pelotas (1861 -1888) / Bruna Gabrielle Silva Zanetti; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2022.